

PF deflagra esquema bilionário de desmatamento no Pará

Categories : [Salada Verde](#)

Na manhã desta quarta-feira (4), a Polícia Federal deflagrou uma operação para investigar extração ilegal de madeira na Terra Indígena (TI) Cachoeira Seca, no Pará. O esquema teria movimentado quase R\$ 900 milhões. A ação chamada de Operação Anhangá Arara, que significa proteção à morada dos índios, mobilizou cerca de 40 policiais federais que cumpriram mandados em Uruará, Placas, Rurópolis, Santarém, Castelo dos Sonhos e Altamira, no Pará.

Foram expedidos pela Justiça Federal de Altamira, no Sudoeste do Pará, dez mandados de condução coercitiva, quando a pessoa é levada para depor, 11 mandados de sequestro de bens e valores e seis mandados de busca e apreensão em empresas e casas dos investigados, além da suspensão das atividades das empresas envolvidas no esquema.

Os envolvidos responderão pelos crimes previstos no art. 50-A da Lei 9.605/98 (Crimes Ambientais), e art. 288 e 299 do Código Penal.

A operação e o esquema bilionário de desmatamento

A investigação começou após o relatório da Operação Cachoeira Seca, realizada pelo IBAMA, que apontou que a TI Cachoeira Seca estava sendo alvo de exploração ilegal de madeira por madeireiras clandestinas.

Segundo informações da Polícia Federal, os envolvidos no esquema fazem parte de um grupo empresarial familiar já conhecido pelo seu histórico de desmatamento em série, grilagem de terras públicas, lavagem de dinheiro, falsificação e trabalho escravo no Pará. O patriarca é o responsável pela coordenação da extração ilegal de madeira em áreas protegidas e por escoar a madeira para as empresas do grupo familiar.

De acordo com a PF, o grupo burlava a fiscalização e dava caráter de legalidade à madeira, fraudando créditos florestais por meio de inserção de dados falsos no Sisflora, sistema que controla a comercialização e transporte de produtos florestais, além de utilizar Planos de Manejo Florestal de “fachada”.

Segundo Laudo Pericial da Polícia Federal, o esquema ilegal teria movimentado quase 900 milhões, sendo eles: dano ambiental alcançando o valor de aproximadamente R\$ 574.912.424,78, referente às atividades de extração ilegal de madeira do interior da Terra Indígena Cachoeira Seca, outros R\$ 322.145.395,69 referentes aos produtos florestais extraídos ou destruídos quando da abertura das áreas classificadas como “corte raso”, totalizando um valor de R\$ 897.057.820,47.

**Com informações da Assessoria de Comunicação da Polícia Federal*

Leia Também

<http://www.oeco.org.br/noticias/rios-voadores-ex-servidor-do-ibama-e-impedido-de-exercer-cargo-de-chefia/>

<http://www.oeco.org.br/reportagens/o-grileiro-dos-jardins/>

<http://www.oeco.org.br/noticias/maior-desmatador-da-amazonia-e-denunciado-pela-segunda-vez-a-justica/>